POLÍTICA DE GESTÃO DE CRÉDITO PRIVADO

DA

LIGHTROCK GESTORA DE RECURSOS LTDA.

17 DE ABRIL DE 2023

1. INTRODUÇÃO

LIGHTROCK GESTORA DE RECURSOS LTDA., é uma sociedade empresária limitada com sede no município de São Paulo, estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3477, conjunto 42-A, CEP 04.538, Itaim Bibi, Rua Joaquim Floriano, nº 1120, conjunto 122, CEP 04.534-004, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Economia (“CNPJ/ME”) sob nº 27.927.837/0001-37 (“Gestora”), credenciada pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) para o exercício profissional da atividade de administração de carteira de valores mobiliários, na categoria de gestor de recursos, nos termos da Resolução da CVM nº 21, de 25 de fevereiro de 2021, conforme alterada (“Resolução CVM 21”)

A Gestora é integrante do grupo Lightrock (“Grupo Lightrock”), um grupo global de gestão de ativos e valores mobiliários, que atua como gestor de fundos de investimento especializados e outros veículos de investimento, que investem em uma vasta gama de setores, localidades geográficas, classes de ativos e estratégias de investimento.

Em vista da natureza das atividades de gestão que desenvolve, a Gestora está sujeita a extensa legislação, regulamentação e autorregulação no mercado brasileiro. A fim de atender integralmente às exigências da legislação, regulamentação e autorregulação aplicáveis, bem como adaptar as suas atividades às melhores práticas de mercado, a Gestora adota as seguintes políticas internas: (i) código de ética e conduta; (ii) política de negociação de valores mobiliários; (iii) política de gestão de riscos e gerenciamento de liquidez; (iv) plano de negócios; (v) política de segurança da informação; (vi) política de divisão e rateio de ordens; (vii) política de *compliance* e controles internos; e (viii) política de prevenção à lavagem de dinheiro, financiamento ao terrorismo e ao financiamento da proliferação de armas de destruição em massa (“PLD/FTP”); (ix) política de contratação de terceiros; e (x) política de gestão de crédito privado (conjuntamente, as “Políticas Internas”).

Todos os sócios, diretores, colaboradores, administradores e empregados da Gestora diretamente envolvidos com as atividades de administração de carteira de valores mobiliários, pessoa física ou jurídica, incluindo a própria Gestora (“Colaboradores”), vinculados à Gestora na data de elaboração das Políticas Internas e/ou que venham a integrar o corpo de profissionais da Gestora futuramente deverão receber uma via (em versões impressa e digitalizada) das Políticas Internas.

Ao receberem uma via da presente Política de Gestão de Crédito Privado, os Colaboradores deverão firmar termo de adesão, conforme o modelo constante no Anexo I da Política de *Compliance* e Controles Internos da Gestora (“Termo de Adesão”).

As disposições da Política de Gestão de Crédito Privado devem ser interpretadas de forma integrada pelos Colaboradores, os quais deverão levar em consideração o conjunto de políticas internas da Gestora, bem como a legislação, regulamentação, autorregulação e melhores práticas de mercado aplicáveis.

Os Colaboradores também poderão consultar a presente Política de Gestão de Crédito Privado no endereço eletrônico da Gestora: www.lightrock.com.

2. OBJETIVOS

A presente Política de Gestão de Crédito Privado (“Política”), em conformidade com o Código ANBIMA de Administração de Recursos de Terceiros (“Código ANBIMA”), tem por objetivo estabelecer diretrizes e procedimentos para a gestão de ativos financeiros representativos de dívidas ou obrigações de pessoas físicas ou jurídicas de direito privado e títulos cujos emissores sejam diferentes da União Federal, os quais poderão fazer parte da composição da carteira dos fundos de investimento sob a gestão da Gestora (“Ativos de Crédito Privado”).

Nesta política, estão relacionados os critérios, controles e parâmetros utilizados para gerenciamento dos tipos de riscos e seus pontos de controle em relação à aquisição de Ativos de Crédito Privado e para o seu devido mapeamento, tendo em vista a exposição ao risco de crédito pela existência de expectativa de recebimento futuro de uma obrigação assumida por qualquer devedor, o que pode impactar diretamente os fundos de investimento da Gestora (“Fundos”).

A Gestora entende que o estabelecimento de regras claras e bem definidas, atende não só às exigências regulatórias, como também ao melhor interesse dos cotistas de seus Fundos.

Não obstante o emprego pela Gestora dos procedimentos descritos nesta Política e nos documentos dos Fundos, é dada ciência aos investidores de que não há qualquer garantia contra eventuais perdas patrimoniais ou mesmo ocorrência de patrimônio líquido negativo, conforme aplicável, que possam ser incorridos pelos Fundos, de forma que a Gestora não poderá ser responsabilizada por eventuais prejuízos suportados pelos investidores.

3. RESPONSABILIDADE E ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

A análise e gestão dos Ativos de Crédito Privado tem como fim o estudo da capacidade de pagamento das contrapartes/emissores, de modo que hipotéticos cenários são criados para avaliação do risco de inadimplência em situações adversas.

Deste modo, a área de gestão de recursos da Gestora, destinada a esse fim e a gestão de carteiras administradas, será responsável pela aprovação das aquisições e monitoramento dos Ativos de Crédito Privado no âmbito dos Fundos, a qual tem sua diretoria liderada pelo “Diretor de Gestão”, designado diretamente no contrato social da Gestora (“Área de Gestão de Recursos”).

A Área de Gestão de Recursos contará, ainda, com o auxílio de (i) Colaboradores da Gestora para as atividades de análise e gestão dos Ativos de Crédito Privado, sendo as atribuições definidas caso a caso; e/ou (ii) terceiros contratados especificamente para o fim de assistência e/ou

acompanhamento do crédito privado dos Fundos, sendo realizada prévia e criteriosa análise e seleção para a contratação.

Ademais, a Diretora de *Compliance*, Risco e PLD/FTP, conforme designado no contrato social da Gestora, será responsável pela supervisão dos processos envolvidos em relação as decisões de investimento.

Vale ressaltar, que operações específicas, bem como alguns emissores ou setores da economia, podem demandar procedimentos adicionais de avaliação de crédito, determinados caso a caso, os quais sempre serão submetidos à apreciação da Área de Gestão de Recursos - órgão soberano em todas as decisões finais envolvendo risco de crédito para as operações.

4. AQUISIÇÃO DOS ATIVOS DE CRÉDITO PRIVADO

A análise para a aquisição de Ativo de Crédito Privado envolve a avaliação da probabilidade de inadimplência do emissor, sendo que, para a identificação de fatores que afetem a capacidade de pagamento, é realizada análise interna específica para o tipo de crédito a ser adquirido, englobando, dentre outros, os seguintes pontos:

Considerações Macroeconômicas

- I. Risco Soberano e Sistêmico;
- II. Risco Político;
- III. Projeções de crescimento econômico;
- IV. Fatores críticos de sucesso atribuídos a vantagens competitivas;
- V. Projeções Inflação e Câmbio;
- VI. Intervenção do governo no negócio;
- VII. Projeções de crescimento do setor; e
- VIII. *Capex* e necessidade de capital de giro do setor;

Risco do Negócio

- I. Mercado de atuação da empresa, produtos, serviços e posição competitiva;
- II. Qualidade e estabilidade do fluxo de recebíveis e a base de custos da empresa;
- III. Efeitos na lucratividade gerados pela volatilidade do preço das *commodities* e moedas;
- IV. Venda, lucratividade operacional (margem operacional), fontes de geração de fluxo de caixa operacional e tendências;
- V. Velocidade com que é negociado seu ativo; e
- VI. Passivos relacionados a critérios ASG – Ambientais, Sociais e de Governança Corporativa.

Gestão da Companhia e Acionistas

- I. Avaliação da estrutura dos acionistas, como: quem são os majoritários e o nível de pulverização dos minoritários;
- II. Objetivos da companhia e seu possível impacto no futuro;
- III. Mensuração de performance dos executivos;
- IV. Quem são os principais executivos e qual o histórico deles;
- V. Composição do conselho; e
- VI. Tópicos relacionados a critérios ASG – Ambientais, Sociais e de Governança Corporativa.

Risco Financeiro

- I. Risco do negócio *versus* nível apropriado de alavancagem;
- II. Acesso a diferentes fontes de captação: mercado de capitais, governo, créditos bancários, dívida, equity etc.;
- III. Nível de liquidez;
- IV. Quantificação do nível de refinanciamento caso necessário: capacidade de endividamento *versus* capacidade de tomar crédito;
- V. Perfil da dívida adequado com o fluxo de pagamento de rendimentos e amortizações e fontes de pagamento;
- VI. Para qual proposta será usada a captação da dívida, exemplo: capex, recompra de ações, refinanciamento de dívida já existente, investimento em capital de giro etc.;
- VII. Determinar as fontes primárias ou secundárias para pagamento da dívida; e
- VIII. Covenants financeiros e não financeiros utilizados para mitigar o risco.

Ademais, para a aquisição de Ativos de Crédito Privado pela Gestora para composição da carteira dos Fundos, a Área de Gestão de Recursos deverá, no mínimo:

- I. Verificar, previamente à aquisição, a compatibilidade do crédito que se pretende adquirir com a política de investimento dos Fundos e com a regulação vigente;
- II. Avaliar a capacidade de pagamento do devedor e/ou de suas controladas, bem como a qualidade das garantias envolvidas, caso existam;
- III. Definir limites para investimento em Ativos de Crédito Privado, tanto para os Fundos quanto para a Gestora, quando aplicável, e para emissores ou contrapartes com características semelhantes;
- IV. Considerar, caso a caso, a importância da combinação de análises quantitativas e qualitativas e, em determinadas situações, utilizar métricas baseadas nos índices financeiros do devedor, acompanhadas de análise, devidamente documentada;

- V. Realizar investimentos em Ativos de Crédito Privado somente se tiver tido acesso às informações necessárias para a devida análise de risco de crédito para compra e acompanhamento do referido ativo;
- VI. Observar, em operações envolvendo empresas do conjunto de entidades controladoras diretas ou indiretas, controladas, coligadas ou submetidas a controle comum da Gestora e/ou do Administrador Fiduciário do Fundo, os mesmos critérios utilizados em operações com terceiros, mantendo documentação de forma a comprovar a realização das operações em bases equitativas e livre de conflitos de interesse; e
- VII. Investir em Ativos de Crédito Privado apenas de emissores pessoas jurídicas que tenham suas demonstrações financeiras auditadas, anualmente, por auditor independente autorizado pela CVM e/ou BACEN. Neste âmbito, poderá ser dispensada desta observação ativos de crédito privado que contem com: (a) cobertura integral de seguro; ou (b) carta de fiança emitida por instituição financeira; ou (c) coobrigação integral por parte de instituição financeira ou seguradoras ou empresas que tenham suas demonstrações financeiras auditadas anualmente por auditor independente autorizado pela CVM.

5. MONITORAMENTO DOS ATIVOS DE CRÉDITO PRIVADO

A Gestora contará com mecanismo de monitoramento para a análise de instrumentos financeiros capazes de gerar coeficiente de risco de crédito aos Fundos, o qual consistirá em procedimentos que incluem, mas não se limitam, a análise de relatórios de monitoramento fornecidos por agente fiduciário, companhia securitizadora e/ou agências de rating e notícias e documentos públicos.

A Área de Gestão de Recursos será responsável pela definição da periodicidade de monitoramento dos Ativos de Crédito Privado adquiridos de acordo com cada caso, observado a relevância e a qualidade do crédito, sendo que quanto pior a qualidade, mais curto deverá ser o intervalo entre as reavaliações.

Todas as avaliações e reavaliações de monitoramento serão documentadas e disponibilizadas na sede da Gestora ao administrador fiduciário dos Fundos e à ANBIMA.

6. INADIMPLÊNCIA DOS ATIVOS DE CRÉDITO PRIVADO

Na hipótese de não pagamento na data de vencimento do Ativo de Crédito Privado adquirido, a Área de Gestão de Recursos adotará as seguintes medidas:

- I. Em primeiro lugar, realizará tentativas de negociação com a contraparte/emissor para adimplência da obrigação, sempre de forma a preservar os melhores direitos, interesses e prerrogativas dos cotistas do Fundo;

- II. Não havendo acordo entre as partes, a Gestora remeterá o direito creditório a protesto no respectivo cartório de títulos;
- III. Caso ocorra o insucesso de adimplemento da obrigação por parte da contraparte/emissor através das tentativas dispostas nos itens (i) e (ii) acima, a Gestora adotará as medidas judiciais cabíveis para maior possibilidade de recuperação dos recursos dispendidos.

Ainda, em caso de deterioração da qualidade de crédito do ativo, a Gestora poderá considerar a sua venda ou outras alternativas determinadas pela Área de Gestão de Recursos para a recuperação dos créditos.

7. SISTEMA DE CONTROLE

O controle de risco tratado nesta Política é realizado por meio de sistemas eletrônicos, os quais são perfeitamente protegidos pela segurança exigida na regulação vigente. Além disso, a Gestora conta com controle interno passível de (i) monitoramento dos limites de crédito por emissor aprovados nas carteiras de investimento, observado as disposições dos respectivos regulamentos dos Fundos; e (ii) armazenamento de cadastro dos Ativos de Crédito Privado adquiridos pelos Fundos, que reúne as seguintes informações:

- I. Instrumento de crédito;
- II. Datas e valores de parcelas;
- III. Datas de contratação e de vencimento;
- IV. Taxas de juros;
- V. Garantias;
- VI. Data e valor de aquisição pelo Fundo; e
- VII. Informações sobre o rating do Ativo de Crédito Privado, quando aplicável.